

PLENÁRIO

Planalto dá espaço à oposição para acabar com "greve" no plenário

Para manter o pique no Congresso

DENISE ROTHENBURG
DA EQUIPE DO CORREIO

O governo foi a campo para evitar que a onda positiva registrada na economia nos últimos dias termine quebrando no Congresso. Na Câmara, os partidos aliados ao presidente Lula cederam espaço de relatoria de medidas provisórias à oposição para acabar com a "greve" do PFL e do PSDB no plenário. No Senado, depois de mais um dia sem votar nenhum dos 44 projetos pendentes, o presidente da Casa, José Sarney (PMDB AP), deu um ultimato aos líderes partidários. A contar de hoje, eles terão três dias para fechar um acordo que garanta a votação das medidas provisórias que trancam a pauta. Se não houver consenso, Sarney abrirá votação e cada um que lute para obter mais votos no painel. Sarney considerou "irracional" a quantidade de propostas se acumularem na ordem do dia do Senado. "Isso gera uma quantidade de procedimentos desnecessários e dispendiosos", comentou.

No Senado, a pauta está travada porque governo e partidos de oposição divergem quanto ao texto da Medida Provisória que transfere a administração de rodovias federais para os governos estaduais. PMDB, PSDB e PFL, a pedido de seus governadores, querem que os recursos repassados aos estados sejam considerados receita extraordinária — para não entrar no cálculo da dívida a ser paga à União. E o governo quer repassar os recursos como receita corrente, o que eleva o valor da parcela da dívida.

Na Câmara, as votações esta-

vam paralisadas por um problema era político. Os partidos do governo queriam relatar 15 de cada grupo de 20 medidas provisórias que chegasse ao Parlamento. PFL e PSDB teriam direito de dar parecer final de apenas três medidas. Os pefelistas explicam que a briga pode parecer uma "picuinha" para quem não vive o dia-a-dia da política. Mas, na verdade, relatar medidas provisórias é ter o poder de dizer como ficará o texto final de um projeto a ser votado no plenário.

Para garantir esse poder, PFL e PSDB deflagraram uma greve no plenário, obstruindo as votações. A estratégia deu certo. No final da tarde de ontem, o governo, já cansado de obstrução, propôs um acordo: a cada 23 medidas, os partidos aliados relatariam 13, o PFL e o PSDB, cinco e os independentes (PMDB e PP) outras cinco. Os oposicionistas aceitaram o acordo e voltaram ao plenário para prosseguir com as votações das medidas que trancam a pauta.

O objetivo da oposição e do governo é a relatoria da Medida Provisória que fixou o salário mínimo em R\$ 240 a partir deste mês. O governo teme que a relatoria dessa MP caia nas mãos da oposição. O temor é o de que PSDB e PFL elevem o valor do mínimo proposto pelo governo — eles já têm, inclusive, dois projetos que para serem apresentados com um salário mínimo maior do que o defendido pelo Executivo (*leia detalhes abaixo*). Neste caso, dizem os assessores do Palácio do Planalto, caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva o desgaste de ter que pedir a manutenção dos R\$ 240.

Jefferson Rudy



JOSÉ SARNEY ACERTA COM MERCADANTE ESTRATÉGIA NO SENADO: SEM ESPERAR POR ACORDO DOS PARTIDOS PARA VOTAR